

PLANO DE ENSINO

. IDENTIFICAÇÃO

Curso: Administração Pública		
Departamento: Departamento de Administração Pública		
Disciplina: Gestão Pública e Governança		
Carga horária: 72 horas	Período letivo: 2023/2	Termo: 5°
Professoras: Maria Leticia Barbosa Xavier		
Contato: Professora mleticiabx@gmail.com		

II. EMENTA

Estado Democrático, governo, governança e gestão pública no Brasil pós CF88: desafios e perspectivas. O Federalismo brasileiro, a descentralização e a coordenação federativa. Coordenação horizontal, vertical, intersetorial, interorganizacional e regional/territorial. Governança colaborativa e articulação de diferentes atores e recursos nas políticas públicas e na ação pública. Principais políticas nacionais em rede e seus sistemas: níveis, regulação, mecanismos de gestão/governança e dispositivos legais. Gestão pública na prática no Brasil e no mundo: desafios e tendências.

III. OBJETIVOS

Como objetivo geral, a disciplina visa aprofundar a compreensão dos alunos sobre o funcionamento e os desafios da gestão do Estado Democrático de Direito no Brasil, a partir do pacto federativo, enfatizando a perspectiva da governança pública e das interações socioestatais na gestão das políticas e programas públicos.

Como objetivos específicos, destacam-se:

- Aprofundar a compreensão do Estado Democrático no Brasil, a partir do pacto federativo e os diferentes níveis de governo e seus papéis, responsabilidades, recursos e margem de atuação com base na CF 88 e nas mudanças legislativas subsequentes;
- Discutir e problematizar a noção de Estado e sua configuração a partir das noções de governo e governança pública, buscando compreender as diferenças e complementaridade entre as dimensões de legitimidade (incluindo a política e legal) e de gestão do Estado (administração pública), com foco na interface entre representatividade e na resolução dos problemas públicos;
- Explorar políticas nacionais em rede e seus sistemas: níveis, regulação, mecanismos de gestão/governança e dispositivos legais;
- Adentrar o debate científico internacional sobre a governança e diferentes formas de interpretação da governança e seus tipos, focalizando na compreensão empírica do fenômeno enquanto um processo de pilotagem e manejo de relações voltado para promoção da ação pública
- Compreender as diferentes formas de promover e analisar a governança a partir de estudos de caso reais de governança de políticas públicas, envolvendo dinâmicas de coordenação, horizontal, vertical, intersetorial, interorganizacional e regional/territorial.



IV CONTEÚDO

UNIDADE 1 – INTRODUÇÃO À GESTÃO PÚBLICA E GOVERNANÇA NO BRASIL - 6 aulas de 08/03 a 12/04

Tópico 1 – Estado, governo e governança: a relação entre legitimidade e efetividade na gestão pública

- 1.1 Do Estado de Direito ao Estado Democrático
- 1.2 Do governo à governança: a noção de ação pública e as interações socioestatais
- 1.3 Legitimidade e efetividade: as políticas públicas enquanto experimentações para resolução dos problemas públicos

Tópico 2 - (Re) Discutindo o Estado Democrático no Brasil

- 1.1 Revisitando o pacto federativo na CF/88 e entendendo o papel dos níveis, dos poderes e suas funções
- 1.2 Os desdobramentos e os desafios atuais do pacto federativo
- 1.3 Entendendo o pacto federativo na prática: uma análise de campos de política pública

Entrega 1 – Parcial Prova 1

UNIDADE 2 – ADENTRANDO O DEBATE NACIONAL E INTERNACIONAL SOBRE GOVERNANÇA PÚBLICA- 6 aulas de 19/04 a 24/05

Tópico 3 – Adentrando o debate científico sobre governança pública

- 3.1 Governança como fenômeno de pesquisa e área de especialização profissional
- 3.2 Diferentes formas de interpretação da governança e seus tipos,
- 3.3 As lacunas do debate, as possibilidades em termos de agenda e os desafios da governança pública

Tópico 4 – As diferentes lentes analíticas de estudo da governança pública

- 4.1 Análise institucional e normativa
- 4.2 Análise de discurso e interpretativa
- 4.3 Análise econômica
- 4.4 Análise pragmatista

Entrega 2 – Parcial Prova 2

UNIDADE 3 – DINÂMICAS DE GOVERNANÇA PÚBLICA NA PRÁTICA: ALCANCES, LIMITES E DESAFIOS NA REALIDADE BRASILEIRA - 5 aulas de 31/05 a 28/06

Tópico 5 – Analisando os alcances e limites da governança pública no Brasil a partir de estudos de caso (apresentação dialogada pelos grupos)

Entrega 3 – Trabalho final da disciplina, incluído levantamento dos contornos da política pública e seu sistema e atribuições e análise de um caso, com base nas abordagens analíticas tratadas na disciplina.



V. METODOLOGIA DE ENSINO

Aulas expositivo-dialogadas com a participação de convidados (as) e utilização de instrumentos (textos, folhetos, documentos diversos) (descritos no cronograma de aula) e técnicas didádico-pedagógicas, acompanhados de diferentes exercícios práticos (vivências, dinâmicas, estudos de caso, etc.). Durante o semestre, os alunos irão desenvolver estudos de caso sobre um campo de política pública escolhido, de modo a exercitarem o que foi visto em sala.

VI CRONOGRAMA DE AULAS

As aulas ocorrerão todas as guartas-feiras a partir do dia 01 de março de 2023 com início às 18:50.

VII. SISTEMA DE AVALIAÇÃO

- 1. Participação e engajamento nas aulas (10%)
- 2. Provas 1 e 2 (40%)
- 3. Entregas 1, 2 e 3 previstas na disciplina (50%)

VIII. BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ABRUCIO, F.L; GRIN, E.J; FRANZESE, C.; SEGATTO, C.I.; COUTO, C.G. Combate à COVID-19 sob o federalismo bolsonarista: um caso de descoordenação intergovernamental. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 54, n. 4, ago. 2020, pp. 663-677.

ANDION, C.; MAGALHÃES, T. (Re) aproximando os pragmatismos da análise das políticas públicas. Experimentação e investigação pública em um cenário de crise democrática. **Sociedade e Estado**, v. 36, n. 2, p. 513-543, 2021, pp. 513-543.

ANSELL, C.; TORFING, C. I. Handbook on Theories of Governance. Cheltenham, Elgar, 2016.

BOULLOSA, R.F; PERES, J. B.; BESSA, L. F. Revista Organizações & Sociedade 28(97), 2021, pp. 306-332.

DEWEY, J. La opinión pública y sus problemas. Madrid: 2004.

DAROIT, D., CRUZ, F. N. B. BASTOS A. P. V., & LARANJA, L. S. Gestão pública, democracia e direitos aos 30 anos da constituição federal. NAU Social, 9(17), 2018, pp. 118-128.



KISSLER, L; HEIDMANN, F.G Governança pública: novo modelo regulatório para as relações entre Estado, mercado e sociedade? **Revista de Administração Pública**, 2006, pp. 479-499.

GONSALVES, A. K. R e Andion, C. Ação pública e inovação social: uma análise do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente de Florianópolis-SC. Organizações & Sociedade [online]. 2019, v. 26, n. 89 [Acessado 14 Agosto 2022], pp. 221-248.

LASCOUMES, P.; LE GALÈS, P. Introdução e Capítulo 1 (início). **Sociologia da Ação Pública**. Maceió: EDUFAL, 2012. pp 1-50.

LOTTA, G. S; Gonçalves, R.; Bitelman, M. F A Coordenação Federativa de Políticas Públicas: uma análise das políticas brasileiras nas últimas décadas. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**. São Paulo, v. 19, n. 64, Jan./Jun. 2014.

MOHN, P. A repartição de competências na Constituição de 1988. **Brasília a.** 47 n. 187 jul./set, 2010, pp. 2-18.

PEREIRA, P. T A teoria da escolha pública (public choice): uma abordagem neoliberal? **Análise Social**, vol. xxxii (141), 1997 (2.°), 419-442.

RODRIGUES Neto, D. D.; BARCELOS, M. Histórias na agenda: uma aplicação do "Narrative Policy Framework". **Revista De Administração Pública**, 54(6), 1632–1653, 2020.

RHODES, R.A.W. The New governance: Governing without Government. Political Studies, [s.l.], v. XLIV, p. 652-667. 1996.

SOUZA, B.C. G. Políticas Públicas e Teoria Neoinstitucional: Validades e Aplicações. **Anais do ENAP**G, 2009, pp. 1-13.

ZITTOUN, P. A abordagem pragmática das políticas públicas In: OLIVEIRA, O.P.; HASSENTEUFEL, P. (Org.). **Sociologia política da ação pública:** teorias, abordagens e conceitos. Brasília: Enap, 2021, pp 114-134.

GONSALVES, A. K. R e Andion, C. Ação pública e inovação social: uma análise do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente de Florianópolis-SC. **Organizações & Sociedade** [online]. 2019, v. 26, n. 89 [Acessado 14 Agosto 2022], pp. 221-248.



IX. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

Ansell, C. (2011). Pragmatist Democracy: Evolutionary Learning as Public Philosophy. Oxford: Oxford Scholarship.

Ansell, C. (2012). What is democratic experiment? Contemporary Pragmatism, 9 (2), 159-180. Ansell, C., & Boin, A. (2019). Taming Deep Uncertainty: The Potential of Pragmatist Principles for Understanding and Improving Strategic Crisis Management. Administration & Society, 51(7), 1079–1112. Ansell, C., Sørensen, E., & Torfing, J. (2020). The COVID-19 pandemic as a game changer for public administration and leadership? The need for robust governance responses to turbulent problems. Public Management Review, 23(7), 949-960.

Baker, S & Mehmood, A (2015) Social innovation and governance of sustainable places. Local Environment. 20 (3), pp. 321-334.

Bartels, K. (2017) The double bind of social innovation: relational dynamics of change and resistance in neighborhood governance. Urban Studies. 54 (16), pp. 3789-3805.

Bode, I & Brandsen, T (2014) State-Third Sector partnerships a short overview of key issues in the debate. Public Management Review 16 (8),1055-1066.

Burlandy, L. (2011) A atuação da sociedade civil na construção do campo da Alimentação e Nutrição no Brasil: elementos para reflexão. Ciência & Saúde Coletiva 6 (1), 63-72.

Calvo, P.M.H. & Fernandez, J. G. Dialogue, participation and social innovation initiatives for improving territorial governance in rural environments. Ciudades. 24, pp. 45-64.

Campomori, F.; Casula, M. (2022) How to frame the governance dimension of social Innovation: theorectical considerations and empirical evidence. The European Journal of Social-Science Research. (onlinefirst) Castells, M. Ruptura: a crise da democracia liberal. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

Cefaï, D. (2002) Qu'est-ce qu'une arène publique? Quelques pistes pour une approche pragmatiste. In Cefaï; D.; Joseph, I. L'héritage du pragmatisme, 51-82.

Cefaï, D. (2007) Pourquoi se mobilise-t-on? Les théories de l'action collective. Paris: La Découverte.

Cefaï, D & Terzi, C. (2012) L'expérience des problèmes publiques. Paris: Éditions de l'EHESS

Cefaï, D. (2017) Públicos, problemas públicos, arenas públicas. Novos Estudos CEBRAP, v. 36, n. 1, 187-213.

Chateauraynaud, F. (2021). Des expérimentations démocratiques en tension. L'oeuvre des citoyens dans le travail politique des bifurcations. Texte pour Les Cahiers du GRM, 18, septembre.

Chateauraynaud, Francis. (2011). Argumenter dans un champ de forces: essai de balistique sociologique. Paris: Éditions Petra.

Cohen, J.L., Arato, A. (1992). Civil Society and Political Theory. Cambridge: MIT Press.

Dewey, J. (1974). Experiência e natureza. São Paulo: Abril Cultural.

Dewey, J. (1950). Logica, teoria de la investigación. Mexico, D. F.: Fondo de Cultura Económica.

Freqa, R. (2019) Pragmatism and the wide view of democracy. Gewerbestrasse: Palgrave Macmillan.

Galego, D; Moulaert, F; Brans, M.; Santinha, G. (2022) Social innovation & governance: a scoping review. The European Journal of Social Science Research 35 (2), pp. 265-290.

Gaudin, J.-P. (2002). Pourquoi la gouvernance. Paris, France: Presses de Sciences Po.

Gerometta, J; Hausermann, H.H. & Longo, G. Social Innovation and civil society in urban governance: strategies for a inclusive city. Urban Studies. 42 (11), pp. 2007-2021.

Gurza Lavalle, A. & Szwako, J. (2015). Sociedade civil, Estado e autonomia: argumentos, contraargumentos e avanços no debate. Opinião Pública, 21(1), 157-187.

Howaldt, J; Kaletka, C; Schoeder, A & Zirngiebl, M. (2018) Atlas of Social Innovation – New Practices for a Better Future. Dortmund: TU Dortmund University.

Howaldt, J; Kaletka, C; Schoeder, A & Zirngiebl, M. (2019) Atlas of Social Innovation – A World of new Practices. Dortmund: TU Dortmund University.

Ishkanian, A. (2014) Neoliberalism and violence: The Big Society and the changing politics of domestic violence in England. Critical Social Policy, 34(3) 333-353.





Kaletka, C.; Makmann, M. & Pelka, B. (2016) Peelling the Onion. An Exploration of the Layers of Social Innovation Ecossystems. Modelling a context sensitive perspective on driving and hindering factors for social innovation. European Public Social & Social Innovation Review. 1(2), 83-93.

Klievink, B; Janssen, M. Developing Muti-Layer Information Infrastructures: Advancing Social Innovation through Public-Private Governance. Information Systems Management 31 (3), pp. 240-249.

Klinke, A. (2016) Democratic Theory. In: Ansell, C; and Torfing, J. Handbook on Theories of Governance. Elgar: Massachusetts.

Lehtola, V., & Stahle, P. (2014). Societal innovation at the interface of the state and civil society. Innovation: The European Journal of Social Science Research, 27(2), 152-174.

Levistiky, E. & Ziblatt, D. (2018). How democracies dies New York: Broadway Books.

Levi-Faur, D. (2012). The Oxford Handbook of Governance. Oxford, UK: Oxford University Press.

Ludvig, A et al. (2020) Governance of Social Innovation in Forestry. Sustainability. 12 (3), 1-16.

Massey, A & Johnston-Miller, K (2016) Governance: public governance to social innovation? Policy and Politics. 44 (4), 663-675.

Pereira, A. J. & Nichiata, L.Y.I. A sociedade civil contra a Aids: demandas coletivas e políticas públicas Ciência & Saúde Coletiva 16 (7), 3249-3257.

Revel, J. (Org.) (1998). Jogos de escalas: a experiência da microanálise. Rio deJaneiro: Editora Fundação Getúlio Vargas.

Sabel, C. (2012). Dewey, Democracy and Democratic Experimentalism. Contemporary Pragmatism, 9(2), 35-55.

Sabel, C.F; Zeitlin, J. (2012) Experimentalist Governance. In Levi-Faur, D. (ed.) The Oxford Handbook of Governance. Oxford: Oxford University Press.

Salamon, L. M. (1995) Partners in Public Service: Government–Nonprofit Relations in the Modern Welfare State, London, UK: Johns Hopkins University Press.

Salamon, L. (2011). The New Governance and the Tools of Public Action: An Introduction. Fordham Urban Law Journal, 28(5), 1611-1674.

Schiavo, E.; Dos Santos-Nogueira, C. & Vera, P. (2013) Entre la divulgación de la cultura digitaly el surgimiento de los laboratorios ciudadanos. El caso argentino en el contexto latinoamericano. Revista Iberoamericana de Ciencia, Tecnología y Sociedad, 2013.

Shields, P. (2003). The community of inquiry classical pragmatism and public administration. Administration & Society, 35(5), 510-538.

Tenorio, F.G.; Carvalho Teixeira, M.C. (2021) O conceito de gestão social e a democracia regressiva no Brasil após 2016. Administração Pública e Gestão Social, 13 (2).

Terzi, C. (2015) La composante narrative du monde pratique. Intervention au Congrès de l'AFSP, 24 juin. Timmerman, L; Veechman, C & Ballon, P. Collaborative governance plataform for social innovation in Brussels. Social Enterprise Journal. 17 (2), pp. 165-172.

Timmermans, S., & Tavory, I. (2012). Theory Construction in Qualitative Research. Sociological Theory, 30 (3), 167-186.

Zittoun, P (2021). A abordagem pragmática de políticas públicas. In Porto de Oliveira, O. and Hassenteufel, P. Sociologia Política da Ação Pública: teorias, abordagens e conceitos. Brasília: ENAP.

Torfing, J; Peters, B.G; Pierre, J. & Sorensen, E. (2012) Interactive Governance: Advancing the Paradigm. Oxford: Oxford University Press.

World Bank (2007) A decade for Measuring the Quality of Governance, Washington DC: World Bank. Zittoun, P; Fischer, F & Zahariadis, N. (2021). The Political Formulation of Policy Solutions: Arguments, Arenas and Coalitions. Bristol: Policy Press.